

## Trabalho e uso de si\*

Yves Schwartz\*\*

**Resumo:** Este artigo foi escrito quando ainda dominava, no campo dos estudos do trabalho, a idéia taylorista do trabalho e a hipótese de encontrar a presença viva de uma pessoa – da subjetividade – na situação de trabalho podia parecer um paradoxo. Ele enfoca o trabalho como lugar de debate, um espaço de possíveis sempre a negociar onde não existe execução, mas uso, e o indivíduo no seu todo é convocado na atividade. Assim, o trabalho envolve sempre uso de si. Há uso de si pelos outros, já que o trabalho é, em parte, heterodeterminado por meio de normas, prescrições e valores constituídos historicamente. Porém, há também uso de si por si, já que os trabalhadores renormalizam as prescrições, e criam estratégias singulares para enfrentar os desafios do seu meio. Essa tensão contraditória só pode ser apreendida em um dispositivo de pesquisa que articule e re questione os conhecimentos dos pesquisadores com a experiência dos trabalhadores.

**Palavras-chave:** subjetividade, trabalho, uso de si, formação e trabalho, saúde do trabalhador.

**Abstract:** This article was written when, in the field of work studies, the tayloristic idea of work still dominated and the hypothesis of encountering the live presents of an individual – of subjectivity – in the work place could appear as a paradox. It focuses on work as place of debate, a space always possible to negotiate where execution does not exist, but use and the individual in his totality is invited into the activity. As such, work always involves the use of oneself. There is use of oneself by others since work is, in part, determined by norms, prescriptions and values historically constituted. Also, there is also use of oneself by oneself, because the workers renormalize the prescriptions and create singular strategies to confront the challenges of their surroundings. This contradictory tension can only be apprehended in research that articulates and questions the knowledge of researchers with the experience of the workers.

**Descriptors:** subjectivity, work, use of oneself, formation and work, worker's health.

---

\* *Travail et philosophie. Convocations mutuelles*. Toulouse, Octares Ed., 1992; Texte 1, 2 : Travail et usage de soi, p.43-66. Tradução de Maria Lúcia da Rocha Leão. Tradução das notas e Revisão técnica de Maria Inês Rosa, publicação com permissão do autor. Publicado também em *JE. Sur l'individualité. Approches pratiques/ouvertures marxistes*. Paris, Michèle Bertrand et al., Messidor. Ed. Sociales, 1987, pp.181-207.

\*\* Professor de Filosofia e Diretor Científico - Departamento de Ergologia – APST (Análise Pluridisciplinar de Situações de Trabalho), Universidade de Provence, Aix-en-Provence-França.

O trabalho é um lugar adequado para se abordar o problema da subjetividade? Afirmá-lo poderia passar ainda por um paradoxo. Muitos estereótipos ou idéias ainda parecem, de fato, contradizer este projeto: as atividades industriais seriam por excelência o lugar do mecânico e do repetitivo? A indiferenciação dos seres não está aí postulada pela seriação das coisas ou pela codificação dos procedimentos? Devido à humanidade não conhecer senão o trabalho social que constrange, durante muito tempo deduziu-se implicitamente que este último era operador de embrutecimento, de escravidão e de despersonalização. Diante do trabalho mercantil da formação social capitalista, como único contraponto ao equivalente geral, reconheceu-se muito justamente os “saber-fazer”, menos individualizados embora coletivamente incorporados, através de tradições, sobretudo, interpretadas como atividades rotineiras, marcadas de passadismo.

Então, para se explorar o campo da subjetividade seria necessário inicialmente distanciar-se das necessidades e dos problemas imemoráveis que a humanidade colocou a si mesma através da produção social. O drama pessoal, a elaboração de “identificações”, a aprendizagem marcada de simbolismo, sendo operados à parte destas situações sociais, as quais para a subjetividade a consequência não seria boa. Porque o sujeito não faria senão negociar com ou reagir ao trabalho sem ser convocado por ele como momento de sua história, a atividade industrial não exprimiria senão parcialmente os traços de sua presença.

Poder-se-ia imaginar um diálogo que sem dúvida Platão teria escrito, no qual Sócrates, evocando os escravos das minas de Laurion, admoestaria algum discípulo que se teria deixado levar pela armadilha da aparência:

“Está bem certo, amigo, que, destes infelizes, cada um refaz de modo idêntico o que o precedente fez? Que cegos dentro dela e esquecidos de sua natureza humana, seu fazer e seus gestos são totalmente objeto do guarda que lá vê e do chefe do lugar? Vês, ao contrário, como aquele que é menor coloca de outro modo seu joelho contra a mangueira e como este cujos membros mais longos buscam uma outra posição; vês como cada um maneja a picareta e a foice no seu ritmo e à sua maneira; e porque aquele, cujo cesto transborda, evita este buraco, enquanto que outro não hesita em fazer cair na passagem algum pó de metal sobre o solo. E aqueles que tu dizes mudos, não os vês trocar furtivamente um olhar, uma palavra breve que, repercutida ao longo da galeria, inquieta nosso guarda, sem que ele saiba serem estas palavras desnecessárias ou úteis? Meu amigo, teria concluído Sócrates em sua linguagem, nada daquilo pode nos fazer inferir que suas almas estão dormindo e que cada um, ausente de si mesmo, esqueceu inteiramente as condições que nos fazem dizer, a você e a mim, que nós somos todos ao mesmo tempo parecidos e diferentes”.

#### Propósitos em forma de indícios

Mas voltemos ao momento presente e a propósitos efetivamente declarados. Declarados, certamente, não de maneira espontânea, mas em seqüência e em função do resultado provisório de um longo trabalho em comum entre universitários e trabalhadores<sup>1</sup>. Como, segundo estes últimos, a dimensão subjetiva do trabalho não explodiria? Como se poderia pensar que o exercício profissional não remete o indivíduo a algo como suas escolhas ou seus dramas interiores? Que nestas configurações tão cotidianas não se encontra uma via de acesso extraordinariamente rica à enigmática noção de sujeito?

---

1 Sobre a gênese, a filosofia e os primeiros ensinamentos de trabalho em comum, cf. Y. Schwartz, *Faïta et al L'homme producteur*, Paris, Editions Sociales, 1985. Estes propósitos têm sido consignados nos trabalhos executados para o diploma da Universidade de Provence, *Análise Pluridisciplinar de Situações de Trabalho (APST)*, quando do primeiro nível (qualificação profissional, saber-fazer, mudanças tecnológicas).

Seja o agente condutor, maquinista, D. Boyer, ferroviário, Miramas:

Eu sempre me esforço para estar "em estado" de tomada de serviço, isto é, repousado. Isso demanda um esforço e um certo rigor e implica escolhas que podem parecer egoístas. Quando se fica em casa, um dia sim, um dia não, que se tem ou que se vai trabalhar de noite (...), é preciso escolher, dormir ou comer em família, dormir ou ir passear com a família (...).

É que seria errado acreditar que apenas uma película superficial do indivíduo está voltada à execução intelectual da tarefa:

"O conhecimento das linhas não se adquire rapidamente. É preciso circular diversas vezes para assimilar o perfil, os pontos particulares, as ramificações, as mudanças de direção, a localização dos sinais... e sobretudo anotar corretamente numa ficha pessoal os pontos de referência da freagem para as paradas na estação. Estes pontos de referência são transmitidos pelos anciãos aos jovens condutores... [maquinistas]".

A apropriação destes saberes, a retomada de situações aí se infiltram, às vezes consomem seus monólogos com ele mesmo, se incorporam nos questionamentos permanentes sobre o ser futuro que carrega o seu ser passado. O agente chega a se representar como um ser em parte opaco, o qual ele procura sondar, não sem angústia, as reações não inteiramente previsíveis:

"Parece-me sempre suficiente, quando tudo vai bem a bordo, imaginar situações anormais e preparar a lista das ações imediatas que eu serei levado a executar. Eu penso que é o medo de fazer mal ou sobretudo de não tomar a decisão correta, de fazer má escolha no dia onde... que me impele a criar situações imaginárias de incidentes".

Aparece assim que, em situação normal, se encontra constantemente oscilante entre esta interrogação inquieta sobre si mesmo que ele não domina e, ao contrário, uma satisfação de fazer coincidirem seu ato presente e a plena expressão de suas capacidades:

"Quando tudo vai bem (é o caso mais freqüente) e quando as condições são favoráveis, isto é, material em estado de funcionar e também conduzir, chego a me deixar ir ao prazer da direção: fazer as partidas rápidas, no máximo das possibilidades da máquina, sem fazer patinar... em seguida fazer o "traço correto" ("trait droit"), girar o mais próximo da velocidade máxima utilizando o perfil da linha, a tonelagem do trem, seu comprimento e natureza dos vagões (homogeneidade da estaca ou não). O que dá, ao registro da velocidade sobre a faixa gráfica, um traço correto, agradável de se ver".

Prazer, certamente, evocador de uma espécie de ideal do trabalho. Mas, a procura forçada de economia sobre os homens torna sempre este prazer fugidio, porque pesa terrivelmente sobre os agentes condutores e maquinistas esta repressão do subjetivo que lhes impôs a organização do trabalho: a solidão sobre a qual concluem os dois condutores de trem, D. Boyer e J. L. Bernat<sup>2</sup>. E é apenas na sua cabeça, antes de partir para um novo caminho, que D. Boyer trabalha sua memória, põe em conexão sua imaginação e seus desejos para compreender como ele, sujeito singular de história única, poderá viver amanhã e viver num fragmento de história teoricamente organizado, neutralizando toda singularidade:

"Freqüentemente, antes de começar a trabalhar, eu estudo meu dia (ou noite) de trabalho. Eu tento me lembrar como isso se tinha passado na última vez, a partir de qual lugar eu comeci a achar o tempo longo. Eu decido de momento onde eu comerei alguma coisa. Eu faço a viagem na minha cabeça antes de fazê-la realmente".

---

2 APST, 1986.

Assim, no interior das coerções materiais e sociais e trabalhando-as, se abre o espaço para uma gestão diferenciada de si mesmo. Carga de trabalho e fadiga deixam de ser dados objetivos que agridem do exterior o indivíduo; eles se negociam em uma alquimia sutil onde tudo depende da maneira pela qual o indivíduo, nas suas virtualidades singulares e seus limites, encontra o objetivo a realizar como ponto de apoio ou, ao contrário, como restrição de seus possíveis particulares.

Assim, diz G. Autechaud, operador de fábrica da Shell Química:

“a fadiga existe sempre com os mesmos sinais clínicos, mas ela atinge mais aos que não encontram na sua ocupação cotidiana motivo para satisfação ou mesmo para reflexão (...) Aquele que realiza uma tarefa cuja importância ele conhece não estará cinco minutos a mais ou a menos no trabalho. Estudar as condições de trabalho é, portanto, de início, estudar todas as possibilidades do homem”<sup>3</sup>.

E isto faz eco a propósito de um operário ajustador, P. Esposito<sup>4</sup>, com responsabilidade coletiva em uma pequena cooperativa operária de produção de arcos metálicos:

“Para nós, as horas não contam mais; nós fazemos até doze ou quinze horas por dia para instalar o material. Atualmente (contrariamente ao que se passava então na gestão patronal), para a grande maioria de nós, o que conta é alcançar o objetivo sem que o relógio seja um obstáculo. De minha parte, é freqüente terminar um trabalho mesmo fora dos tempos regulamentares ou porque é urgente ou porque seu conteúdo me interessa e eu trabalho para conhecer o resultado”.

Esta “negociação”, sob forma de equilíbrio dinâmico onde nenhum fim pode totalmente aniquilar o outro, deveria ser sugerida de maneira surpreendente pelo mesmo trabalhador. Num primeiro momento, antes que a empresa fosse cooperativa, ele lembrava como alguns diziam: “Eu, eu faço o que me dizem”. Mas, num segundo momento, que refutava de maneira profunda o esquemático deste propósito, ele afirmava o contrário: “jamais um operário fica diante de sua máquina pensando: eu faço o que me dizem”. O que queria dizer que os possíveis particulares buscam sempre ancorar-se numa configuração industrial, seja em aparência a mais desesperada.

Toda investigação sobre a dimensão coletiva do trabalho coloca particularmente em cena o fato de que histórias singulares são tomadas diretamente sobre quem dará um conteúdo aos conceitos os mais objetivistas do trabalho, notadamente à conceituação econômica. Nas indústrias ditas de processos, como a petroquímica, a siderurgia, a indústria de cimento ..., indústrias de processo contínuo onde a divisão de tarefas não pode ser fragmentada pelas especializações adquiridas na usinagem da matéria, mas onde é a continuidade e o desenvolvimento dos processos físico-químicos a serem controlados que reúnem os homens ao redor das instalações, aí a objetivação da dimensão coletiva aparece como uma finalidade decisiva.<sup>5</sup>

De fato, um dos “sofrimentos” dos trabalhadores dessas indústrias de processos parece realmente ser a dificuldade que eles têm de precisar qual é o seu “ofício”. Nenhuma fase ou operação individualizada parece solicitar claramente a habilidade ou a inteligência humana. A falta de competência profissional parece então juntar seu caráter anormal à anormalidade dos ciclos de vida que os opõe à massa de “diaristas”. Que papel determinado os insere na cadeia que, através dos ciclos parcialmente incompatíveis, ligaria o destino dos trabalhadores em equipe aos dos seus semelhantes vivendo o

3 APST, 1983

4 APST, 1983.

5 Cf. F. DANIELLOU *L'opérateur; la vanne, l'écran*. Éditions de l'ANACT, 1986. R. Montredon, *Opérateur de process: l'article indéfini*, *Technologies, Ideologies, Pratiques*, volume V1 nº. 1, 1986; G. de TERSSAC e B. CORIAT *Micro-électronique et travail ouvrier dans les industries de process*, *Sociologie du Travail*, nº. 4, 1984.

cotidiano? Nós nos colocamos esta questão quando os trabalhadores em equipe a colocam a si<sup>6</sup>: a partir de uma reelaboração da noção de saber-fazer caminha a idéia do que é análise com a lupa, microscópica, do trabalho real, que vai a par com a determinação do que é coletivo no trabalho. Certamente é difícil passar ao explícito estes atos complexos porque esta dimensão não se coloca instantaneamente em palavras. Mas quando o trabalhador em equipe faz esforço para alcançar isso, então é para ele

“descobrir seu verdadeiro papel na empresa”. (R. Montredon)

O trabalhador é coletivo ou não é. O fenômeno cresce nesse tipo de indústrias de processos, sem dúvida na prática de todas as atividades de trabalho. A cooperação, a troca necessária, obrigam a operar uma espécie de fusão entre a vida profissional e percursos subjetivos de cada um.

“Uma boa equipe é aquela que é eficaz no trabalho, uma boa equipe de produtores no trabalho se compreende pelo sinal... Trabalha-se bem, entende-se bem”. (P. Dezeuse)

Assim, a produtividade das instalações depende diretamente da qualidade das relações de cooperação na equipe. Mas esta não pode ser “prescrita” por ninguém, ela depende de um “entendimento” que se instaura ou não no seio dela. Um elemento não “técnico” tem uma pertinência direta sobre o técnico. Esta articulação enigmática dos registros retorna sem cessar nos propósitos dos trabalhadores em equipe: um constata que as relações na equipe e com as outras equipes “são fatores importantes da boa marcha do procedimento”, porque a conduta do processo “exige relações contínuas entre os homens da equipe”. Mas esta troca permanente seria portanto impossível sem um “espírito de camaradagem que apela à noção de trabalhador coletivo”. A responsabilidade do trabalho noturno, as refeições em comum freqüentemente evocadas reforçam este “laço” e criam uma espécie de segunda vida de família nessas horas noturnas onde foi preciso fazer como um luto da primeira.

“É durante todo o ano que estes homens tomam suas refeições juntos, organizam seus lazes juntos, freqüentemente sem suas mulheres e crianças, pois eles não têm sempre repouso na semana ou podem se ver todos os dias”. (R. Soto)<sup>7</sup>

Assim, de um lado, a equipe tem um duplo caráter: necessidade técnica, condição da produtividade, variável sempre oculta mas determinante nos cálculos de rentabilidade, de outro, lugar de uma alquimia sempre aleatória onde histórias e vidas singulares buscam se exprimir positivamente nos atos coletivos informais requisitados por estas indústrias de processos. Dois elementos heterogêneos e, no entanto, inseparáveis.

Todo sucesso microindustrial supõe que ali se instaure um sucedâneo de vida familiar. Certamente, isto quer dizer que questões subjetivas são colocadas ao trabalhador em equipe: se há “família”, aí “toma seu lugar” [que] remete ao indivíduo e à sua história. O “bom ambiente”, “a camaradagem” supõem que esta equipe se inscreva positivamente no tecido diferenciado de cada vida singular; e que esta “família”, no sentido profissional, não entre em contradição com a família, no sentido social e biológico do trabalhador em equipe. Por trás de toda vida profissional, de toda mutação do conteúdo do trabalho, se perfila um problema de coerências individuais, no qual a percepção do “ofício” aparece determinante. Se o trabalhador em equipe não retoma seu ofício, ele pode se sentir excluído desta cadeia que liga seu destino aos que decidem e vivem o cotidiano; e viver em ruptura a vida familiar e

(6) Para o que se segue, cf. nossa pesquisa *Impact des changements techniques sur le travail des postés dans les industries de process*, APST Recherche, Université de Provence, (D. FAÏTA, Y. SCHWARTZ, B. VUILLON).

(7) APST, 1985.

a vida de equipe, doravante incomunicáveis. Aprender, ao contrário, o seu “ofício” é a mesma coisa que perceber o sentido da camaradagem e do “bom ambiente”; é medir mais claramente seu papel na cadeia, condição para viver melhor em coerência a vida social e a vida familiar e a vida pessoal.

Quando G. Autechaud, um destes trabalhadores em equipe, diz:

“É tempo de conciliar humanismo e produtividade”

quando um outro, P. Dezeuze resume sua experiência:

“Melhorar sem cessar, produzir melhor nas melhores condições, uma questão que nos interpela sem cessar e onde a tecnologia e os homens devem se unir. Parece que o futuro se coloca nestes termos para todos os trabalhadores cuja finalidade da produção não pode ser dissociada de sua intervenção na atividade de trabalho”

seria preciso ter um espírito singularmente fechado às submissões de nossa existência para aí ver apenas declarações verbais de seres muito incultos para dizer verdadeiramente sobre seus atos. Ao contrário, se precisa esta idéia que a gestão no sentido econômico não é separável dos modos de “gestão de si mesmo”, cujos conteúdo e destino, jamais univocamente determinados pelo meio técnico objetivo, remetem a todas as dimensões e contradições da história feita e da história por fazer.

#### Ocupantes do campo e teorias sobre o trabalho

Estes propósitos brevemente evocados são apenas para sugerir, num primeiro momento, isto: toda abordagem do funcionamento dos indivíduos nas atividades industriais (e este termo remete a uma realidade muito mais ampla que “a indústria”, tal como ela tem poderosamente modelado a civilização, mas dentro de uma duração bem modesta com relação à história da humanidade passada senão por vir) nos termos simples que criariam condições exteriores objetivadas – processos tecnológicos, modos operatórios, cortes e ritmos prescritos pela organização e pela divisão do trabalho, tradição ou cultura unilateralmente ou estatisticamente definidas... – os determinantes essenciais de sua atividade não corresponderiam ao que a torna verdadeiramente concreta. A maneira pela qual as coisas se operam obriga realmente o pensamento que reflete sobre o trabalho a se aventurar por um domínio infinitamente mais amplo, onde ele não pode mais avançar com a mesma segurança: os debates dos indivíduos com eles mesmos – fórmula enigmática que vale como simples índice de um problema a elaborar – são tecidos com os atos cotidianos do trabalho. E observamos então como isto se curva ao regime de conhecimento da verdade: porque o pesquisador, o especialista do conceito pode, quanto a ele mesmo, excluir-se desta característica humana? Então, mesmo que ele trabalhe para conceituar as situações que definem o campo da existência dos outros, não é ele levado a perceber um campo de comensurabilidade com aqueles dos quais ele se separa pela barreira dos conceitos? A noção de “trabalho generalizado”<sup>8</sup> ou da vida para cada um como “experiência” não deve estar acima da abordagem intelectual das realidades industriais? Evitando assim ao pesquisador de definir a subjetividade de seu objeto de estudo nos termos que não incluiriam a mesma penumbra que o impeça a ele mesmo de ter uma visão espontaneamente clara da sua?

Esta dimensão de um engajamento problemático mas irrefutável das experiências subjetivas no espaço do trabalho, lembramos que ela foi desenvolvida aqui com intensidade, onde o pensamento corrente a acreditava aniquilada, isto é, no rastro da racionalização taylorista e fordista. Colocá-la em evidência nestas zonas reputadamente sacrificadas é por um raciocínio *a fortiori* sublinhar a importância e o que está em jogo atualmente nas forças produtivas em mutação onde a gestão, no sentido econômico,

---

(8) G. GRANGER. *Essai d'une philosophie du style*. Paris, Armand Colin, 1968. Cap. 1.

das interfaces de trabalho faz apelo nestas formas cada vez menos veladas à qualidade da gestão de si mesmo<sup>9</sup>. Reafirmamos aqui nossa dívida aos trabalhos de Oddone, aos ergonomistas de campo<sup>10</sup>, e acrescentaremos, de todos os campos<sup>11</sup>, aos médicos, aos psiquiatras, analistas, economistas, tecnólogos... que buscaram conceituar o *curriculum laboris* integrando na trama das vidas individuais e vice versa<sup>12</sup>. Assim, nossa aproximação do aspecto culturalmente resistente do campo do trabalho para com toda a problemática da subjetividade já não se aplica há muito tempo, nem entre pesquisadores qualificados, nem no pensamento dos dirigentes capitalistas desejando maior valorização. A enorme literatura sobre o “recurso humano”, os círculos de qualidade sobre o homem, enquanto bem, o mais precioso, a cultura da empresa..., são tantas marcas de uma verdadeira e fundamental questão<sup>13</sup>.

Que a questão da subjetividade investisse o campo da produção social, mas que ao inverso talvez também ela não pudesse receber solução satisfatória independentemente dos conceitos que balizam este campo, eis que pede uma explicação, sem dúvida, mas faz também reatar, poderosamente, o marxismo com estas questões de “psicologia” que uma institucionalização positivista desta disciplina tendeu a separá-la por uma barreira intransponível. É verdade que, senão Marx, ao menos o marxismo havia feito muito para que sua maneira de abordar os problemas da subjetividade não pudesse realmente dar conta dos fenômenos concretos operados em seu campo da ação – no entanto privilegiado – o trabalho. Desta promoção indispensável, mas equívoca, do marxismo, para avançar sobre esta questão, trazem assim testemunho diversos elementos de conjuntura. O reinvestimento pelo marxismo de questões da subjetividade, escrupuloso ao encontro da dissolução dos conceitos fundadores, mas conquistador diante dos anti-humanismos e estruturalismos triunfantes, havia sido inaugurado, nos termos de um bom sentido espetacular, pelo *Marxisme et théorie de la personnalité*<sup>14</sup>. Seria possível, depois desta obra, senão pelos fenômenos de ocultação eminentemente contestáveis, deixar no estado da teorização psicológica, no afastamento das formas históricas onde a individualização humana encontra especificamente seu espaço de possíveis e seus limites sociais? E sob esta ótica, Lucien Sève legou, cremos nós, a todos os que com ele e depois dele continuam a se interrogar neste campo, a pertinência psicológica, mesmo se ela tenha múltiplas aberturas, da distinção trabalho abstrato/trabalho concreto. Neste lugar se situa, no entanto, a crítica de Ivar Oddone em consideração a Lucien Sève<sup>15</sup>, como das diversas elaborações que, anteriormente e sobretudo depois desta obra, tiveram uma relação progressiva com essa questão, muitas se situam dentro, ou às margens do marxismo, como algumas que foram construídas relativamente ou totalmente independentes dele, sugere, então, que com a abordagem da subjetividade está em jogo também a redefinição prospectiva do que poderia ser um patrimônio marxista.

- 
- 9 Um “si” cujo conteúdo transita permanentemente entre o individual e o coletivo. Cf. FAÏTA: *L’homme producteur, op. cit.*, pp. 196-198.
- 10 Nós pensamos aqui nos trabalhos de A. WISNER e de sua equipe. Ver particularmente J. DURAFFOURG e F. GUERIN *Société Française*, nº. 10 e obra coletiva *Les risques du travail*. Paris, Éditions La Découverte, 1985.
- 11 Cf. a reflexão de A. WISNER sobre a transferência de tecnologia em *Quand voyagent les usines*. Paris, Syros, 1985.
- 12 Pensamos particularmente nos trabalhos – mas não somente – de G. IGONET, B. DORAY, M. BARTOLI, F. DOLLE, P. RODRIGUES, A. GERIN... Ver também os trabalhos de H. DESBROUSSES e B. PELOILLE, C. DEJOURS, D. LINHART, etc.
- 13 Artigo a ser publicado em: *Technologies, Ideologies, Pratiques* “Charges psychiques salariales et mobilisation psychiques”, J. BRODA não somente estabelece um inventário das formas pelas quais cargas subjetivas são mobilizadas ativamente e reativamente no emprego assalariado como também ele fornece um rico panorama dos desenvolvimentos e limites da filosofia gerencial sobre o sujeito.
- 14 Lucien SÈVE *Marxisme et théorie de la personnalité*. Paris, Editions Sociales, 1981, 5ª ed. (nota da revisora).
- 15 Ivar ODDONE *Redécouvrir l’expérience ouvrière*. Paris, Editions Sociales, 1981, pp.192 e seguintes.

Nossa tendência é pensar que há uma sólida morada e que ela é habitável. Neste ponto é discutível, e nós cremos que há peças a condenar e grandes aberturas a praticar. Tudo está na sua capacidade de acolhida: aberturas concebidas fora dela – mas não contra ela, e o mais freqüente, afastadas de modas – devem aí ter suas aproximações e não por polidez ou por oportunismo, mas às vezes para retocar a extensa obra. Esta hospitalidade laboriosa se exerce, e se vê mal então como outros edifícios seriam melhor instalados que ela, face ao panorama que o pensamento tem a percorrer? Como este patrimônio conceitual e humano não teria os melhores trunfos para ir ao essencial, compreender as condições históricas nas quais a humanidade se faz como força produtiva?

#### O “uso” e sua equívocidade

Uma tripla tarefa abre-se então: justificar esta abordagem do trabalho como “uso de si”, tal qual ela é sugerida pela confrontação com os atos de trabalho; colocar nossos propósitos sobre o marxismo à prova das implicações desta formulação; considerar simultaneamente o que esta traz ou ensina sobre a “estruturação”, a dinâmica da subjetividade ou simplesmente sobre o próprio “sujeito”.

Os atos de trabalho não encontram o trabalhador como uma massa mole onde se inscreveria passivamente a memória dos atos a reproduzir. Certamente, quem considere o peso dos movimentos operários na história poderia pensar que a hipótese de uma não-sujeição dos trabalhadores à tarefa caminha por si. Mas não há aí lugar para distinguir, de um lado, estes movimentos como força de resistência, e também de antagonismo, face às classes dominantes proprietárias dos meios de produção e, de outro lado, a clara consciência que estes mesmos movimentos puderam ter – ou nem sempre tiveram – pressupostos concretos, freqüentemente inaparentes, através dos quais os produtores, mesmo no quadro das relações de exploração, terminariam por produzir mercadorias ou serviços? Ivar Oddone, com freqüência, lembrou que mesmo a concepção “marxiana” tinha sido contaminada, no que concerne aos atos de trabalho, pelo paradigma taylorista. Certamente para que a produção se realize, que objetos sejam vendáveis nas condições do mercado, que trens sejam dirigidos na hora combinada e dossiês corretamente enquadrados no tempo desejado, os prescritores do trabalho não somente não encontram, mas não devem imperativamente encontrar autómatos ou mortos-vivos. Os ergonomistas sabem, hoje, perfeitamente que a estrita aplicação de prescrições conduziria ao desperdício, à insuficiência, senão à não-valorização do trabalho morto. Nisso, os executantes não são profundamente diferentes dos prescritores, em qualquer nível que seja.

Também quando se diz que o trabalho é uso de si, isto quer então dizer que ele é o lugar de um problema, de uma tensão problemática, de um espaço de possíveis sempre a se negociar: há não execução mas uso, e isto supõe um espectro contínuo de modalidades. É o indivíduo no seu ser que é convocado; são, mesmo no inaparente, recursos e capacidades infinitamente mais vastos que os que são explicitados, que a tarefa cotidiana requer, mesmo que este apelo possa ser globalmente esterilizante em relação às virtualidades individuais. Há uma demanda específica e incontornável feita a uma entidade que se supõe de algum modo uma livre disposição de um capital pessoal. Tal é a justificação da palavra “uso” e tal é aqui a forma indiscutível de manifestação de um “sujeito”.

Mas, vê-se imediatamente que esta palavra “uso” é aqui equívoca: **quem** faz uso? O propósito precedente exprime perfeitamente a dualidade das entidades que visa a expressão. Num primeiro sentido, se há problema, é que o uso é de início aquele que se quer fazer de você: e isso orienta profundamente toda teorização sobre o sujeito do lado das condições históricas nas quais este uso, neste sentido, é engrenado. Pois o uso é formador dos indivíduos que são utilizados. Nisso, a referência dialética do marxismo não nos parece ultrapassável. E é neste ponto que a teoria das formas históricas da individualidade de Lucien Sève é como um “abismo de verdade”: que seja através da lógica do lucro, as formas de desenvolvimento/limitação de acesso aos saberes disponíveis, as formas hierárquicas,



as formas de divisão e de parcelamento do emprego das capacidades adquiridas, as limitações dos espaços de iniciativa e de decisão, que seja através destas formas ligadas às relações e aos modos de produção e, particularmente hoje, ao modo de produção capitalista, que isto seja então através de tudo aquilo que os homens, desde a infância se informam no patrimônio universal, se individualizam no curso das experiências sociais que a vida lhes propõe, isto não pode existir sem conseqüências profundas sobre a questão do conhecimento dos sujeitos singulares assim formados. O conhecimento da lógica social de emprego das capacidades humanas – que pode conduzir até às lógicas de não emprego (o desemprego) – é condição absolutamente necessária para a inteligibilidade das personalidades humanas, em cada momento da história. Certamente, como o sublinha Lucien Sève, isto não quer dizer que o conhecimento destas personalidades seria integralmente dedutível destas formas históricas de individualidade: estas devem articular-se sobre o fato específico da individualidade humana, mas a idéia de pensar uma situação de “justa-estrutura” (“juxtastructure”) orientada, entre as estruturas de finitude humana como simples suporte, e a essência humana nela tornar-se descentrada no conjunto das relações sociais, nos parece um dado fundamental da questão a resolver.

Mas ao mesmo tempo tudo indica no estudo dos atos de trabalho que o “uso” não é somente aquele que fazem de você, mas também aquele que cada um faz de si mesmo. Não restabelecer esta tensão contraditória seria arriscar a voltar, no plano das atividades industriais, a essa massa mole, quando se defende o contrário no nível dos antagonismos sociais explícitos. E aqui a crítica de Ivar Oddone tocara igualmente a topologia de *Marxisme et théorie de la personnalité*<sup>16</sup>. Lembremos estes dois propósitos aparentemente contraditórios do operário ajustador: “Eu faço o que me dizem” (subentendido: eu não estou disposto a ser senão o uso que fazem de mim) e ao mesmo tempo, o recuo crítico que esta frase mesma implica, produz, como necessário, seu oposto: “Jamais um trabalhador fica diante da sua máquina pensando: eu faço o que me dizem”. Em qualquer grau que seja – e isto pode ser talvez infinitamente variável – e no mesmo movimento de tomada de disposição parcial do uso heterodeterminado de si, o trabalho é sempre também uso de si por si, recentramento do meio de trabalho ao redor de seus possíveis singulares. Como o sugere com insistência a distinção dos ergonomistas entre trabalho prescrito e trabalho real, trabalhar de outro modo já está sempre presente, no trabalhar como me dizem. A posição do sujeito que manifesta o ato de trabalho não deverá em nenhum caso reduzir-se, nas relações sociais dadas, ao que os encarregados da administração, os que ordenam ou os prescritores – ou todo “aparelho de Estado” ou toda “prática” socialmente constituída – definem como quadro de exercício<sup>17</sup>. Há capacidades singularmente adquiridas, tendência a usar de si para recompor também de modo infinitesimal, quanto se queira, um mundo à sua conveniência, que estão em jogo em todo ato de trabalho: nenhuma lógica de relações sociais não o domina inteiramente, sem ela estar em algum grau submetida, por sua vez, a este tipo de exigências das quais são portadoras as vidas individuais. Fundamentalmente, todo ato de trabalho humano se desenvolve no híbrido.

A maneira como se organiza a relação entre os dois sentidos de “uso” importa muito para a investigação sobre o sujeito. Este equilíbrio dinâmico entre os dois pólos contraditórios pode se viver em todos os graus entre o formal e o informal, mas é bem raro que no curso de um diálogo instruído e no duplo sentido esta dimensão de um mal-uso em relação a outros usos possíveis de si, cujo uso atual de si por si traz testemunho, não apareça explicitamente<sup>18</sup>.

16 Lucien SÈVE *Marxisme et théorie de la personnalité*. *Op.cit.*, pp. 407 e seguintes.

17 Ver nossa tese de estado *Expérience et connaissance du travail*. Paris, Editions Sociales, 1988, para uma reflexão crítica sobre Louis Althusser, Michel Foucault, Pierre Bourdieu, etc.

18 Cf. por exemplo: Jean-Pierre TERRAIL *Destins ouvriers, cultures d'entreprise et pratiques sociales*, CRESF, 1986, pp. 371-374.

Mas observemos também, entre parênteses, o quanto este vivido da relação de dois usos é importante também para uma reflexão de ordem histórica ou social: a confrontação entre uso/mal-uso relativo que se faz de você e o uso, limitado mas testemunho, de si por si que o suporta, o peso respectivo destes usos e mal-usos nas experiências concretas do trabalho não somente não são fixados, mas não cessam de mudar segundo critérios ou configurações complexas onde os dispositivos materiais, objetivos sociais impostos às subjetividades laboriosas, são sempre retrabalhados e reelaborados por elas. Deste ponto de vista, não se terá jamais terminado de afinar as formas históricas de individualidade para apreender estes equilíbrios delicados e suas dinâmicas particulares de evolução. Assim, a forma dinheiro, lucro, o critério da rentabilidade financeira dominam quase tanto o uso dos homens na cadeia taylorista-fordista quanto na política de emprego e a imposição do trabalho dos ferroviários, ou das equipes de turno da petroquímica, ou dos agentes de manutenção e de fabricação de linhas integradas da indústria automobilística. Mas como, em cada caso, apreciar o peso do mal-uso em termos de exploração, de desemprego, de humilhações, e ao mesmo tempo aqueles dos laços coletivos e de potencialidades formadoras engendradas por estas diferentes configurações concretas? Como sopesar as diferentes qualidades do uso de si, em que proporção elas contrabalançam a consciência dos mal-uso, senão mediante um estudo microscópico, com a lupa, com os próprios homens, cujas situações diversificadas, em mutação, tendem a requerer, e como elas são transformadas pelos usos reais? Quem trabalha com quem? Qual horizonte de agir é efetivamente mobilizado com o declínio do trabalho imediato? Em que novas formas de acesso ao patrimônio universal estão elas inscritas em linhas pontilhadas no funcionamento conjunto de técnicas novas, nas novas relações entre saberes abstratos e gestões concretas de interfaces individualizadas? Nas novas formas de cooperação, mesmo contrariadas, que se estabelecem, por exemplo, entre operadores de fabricação, técnicos, engenheiros, geradores de sistemas-experts?... Não estudar neste nível as evoluções ou as involuções do uso de si por si, que se deslocam nas formas de uso requeridas pelas forças produtivas em mutação, dominadas por forças estranhas, é, sem dúvida, arriscar-se a não compreender as mudanças que se operam no nível mais explícito da consciência de classe e do posicionamento nos incertos objetivos sociais.

Disso decorre esta consequência importante: como antecipar no conceito a qualidade destas novas configurações, trabalhadas por estes equilíbrios dinâmicos? Se se opera em surdina apropriações mais positivas (ou mais negativas) do fato destas modificações de relação uso/mal-uso, se a qualidade da convocação de si é aqui modificada, é a própria configuração do campo que se encontra insensivelmente transformada. A relação com a heterodeterminação muda na medida onde a relação a si é modificada. Nesta relação, a história mesma das forças produtivas se encontra fincada nas decisões contábeis dos senhores do capital – ou na cabeça dos inventores de novos procedimentos; ou melhor, a separação mesma destas ordens de realidade aqui aparece como uma abstração contestável dentro de uma busca das “causas das mudanças”. São as formas históricas de individualidade que se encontram elas mesmas retrabalhadas novamente, reformadas, em um sentido sempre a se rever<sup>19</sup>. Aqui opera, portanto, uma dialética<sup>20</sup>, que se origina na dualidade não eliminável dos usos de si no trabalho, no seu caráter híbrido, e que interpela, a nosso ver, toda a teoria da determinação conceitual de situações particulares.

19 O que reúne, sem dúvida, o projeto de Lucien SÉVE: “Forme, formation, transformation”, sem dúvida, nele deslocando o terreno. *Structuralisme et dialectique*. Paris, Messidor/ Éditions Sociales, 1984.

20 Bem entendido, as ponderações do uso se perseguem e se transformam simultaneamente fora da esfera do trabalho propriamente dita, nas modificações que o acompanham e sancionando os estados sucessivos (escolaridade, evoluções de linhagens hereditárias...) tomando infinitamente delicada a apreensão em cada caso dos termos desta dialética. Ver, por exemplo, Jean-Pierre TERRAIL *Société Française*, nº. 13 e 17.

### Como abordar o "si"?

Nietzche chamava o si este "sábio desconhecido". Não é por agnosticismo mas por prudência intelectual que nós evocamos esta expressão, em preâmbulo, à questão que se colocará então legitimamente: que é este "si", lugar deste antagonismo, que se presta ao uso e juiz dos mal-usos? Utilizando-se livremente deste termo, não se supõe resolvida a questão que está em debate? Pois, antes de falar de seus atos, não se busca justamente fazer a teoria deste "si"?

Dizemos imediatamente que nós seríamos um pouco reservados quanto a toda abordagem puramente especulativa do "sujeito", do "eu", da "individualidade". Nós acreditamos nas coisas mais claras a partir do momento em que a questão é colocada do ponto de vista de uma atividade, de uma prática<sup>21</sup>, de uma experiência transformadora. Tal é o sentido do presente percurso: não somente a abordagem da questão da subjetividade a partir das forças produtivas não nos parece nem impossível nem ilegítima, como não se exclui de pensar que ela possa mesmo oferecer um ponto de apoio privilegiado; ela pode ao menos evitar de neutralizar uma das dimensões do problema. Assim, todos os propósitos precedentes nos parecem fornecer materiais fortemente úteis para uma abordagem da individualidade (ou do "si") que não se satisfaria de nenhuma ótica, de nenhuma representação estática, de nenhuma partilha de instâncias conceitualmente exclusivas umas das outras. Esta última parte se propõe, portanto, a ver quais seriam os requisitos de uma abordagem teórica da subjetividade a partir do que as atividades de trabalho nos sugerem.

Dizemos também o quanto esta síntese nos parece delicada, arriscada, sobretudo nos limites restritos desta obra<sup>22</sup>. Muitas pesquisas coletivas estão ainda aqui por fazer, das quais ninguém pode dizer até onde elas têm ainda sentido. Que se aceite aqui como uma simples indicação: três ângulos de abordagem do "si", tais que a investigação do trabalho parece exigí-los; e qual forma problemática de unidade pode ligá-los.

Não se pode, de início, afastar do fato de que este uso de si, nos atos de trabalho como uso de si por si mesmo, traz a marca do que é para o homem a herança da vida nele. Certamente, esta retroação do humano sobre o ser vivo seleciona *ipso facto* a concepção mesma da vida que o estudo do trabalho conduz a considerar como válido: a passagem talvez um pouco lateral mas não sem resultados por Marx, pela obra de André Leroi-Gourhan e pela de Georges Canguilhem, esclareçam este lado, poder-se-ia dizer, o que nós identificamos no ato de trabalho como recentramento do meio em torno de possíveis singulares do sujeito, recomposição, mesmo no ínfimo, de um mundo à sua conveniência. Então, além da problemática do descentramento da essência, uma mesma exigência de vida se persegue em cada um de nós, aquela mesma que, em Darwin, tornava compreensível a seleção natural como tendência para cada população, numa configuração ecológica, em ocupar sempre os melhores lugares disponíveis. Se a saúde, como sempre o sustentou G. Canguilhem, é capacidade de criar novas normas de vida em confrontação com o meio, a consciência de um mal-uso e a reivindicação de um outro uso conforme aos seus possíveis singulares seriam a maneira pela qual o "si" testemunha em nós o nosso pertencimento ao ser vivo<sup>23</sup>.

Daf a investigação sobre o si a partir dos atos de trabalho conduz a uma bifurcação. Que seja esta obscura presença da vida em si, ela jamais toma para nós esta forma indecifrável, onde cada ser singular perseguiria no inconsciente o "fim" de uma evolução continuada/transformada. A dimensão histórica e coletiva do trabalho obriga por evidência a abordar também o si segundo uma outra

21 No sentido de G. GRANGER, cf. *op. cit.* Nota 1, pp. 122.

22 Yves SCHWARTZ et al. *JE. Sur l'individualité. Approches pratiques/ouvertures marxistes*. Michèle Bertrand et al. (orgs.) Paris, Messidor, Ed. Sociales, 1987.

23 Sobre este ponto e os seguintes, permitimo-nos remeter à nossa tese de estado, citada à nota 17.

perspectiva. Enfim, de um terceiro lado que se tocou, por exemplo, evocando-se o caso dos trabalhadores que trabalham em equipe na petroquímica: as modalidades de uso de si remetem certamente também aos destinos individuais, às negociações, por sua vez particulares, entre a cena coletiva e o que a história produziu em cada um de nós como marcas “particulares”. Do ser vivo ao ponto de vista privado, permanece-se no individual, do ser vivo aos atos de trabalho, permanece-se na dinâmica da atividade, do trabalho ao privado, na história e o simbolismo.

Em 1947, G. Canguilhem resumindo *Problèmes humains du machinisme industriel*, de Georges Friedman<sup>24</sup>, pela fórmula “primado do humano sobre o mecânico, primado do social sobre o humano”, acrescentava: “nós diríamos de maneira um pouco diferente: primado do vital sobre o mecânico, primado dos valores sobre a vida.”<sup>25</sup> O que era dizer muito claramente que a visão do homem como parte do ser vivo – que constitui a finalidade última de toda redução taylorista – não pode ser a maneira adequada, completa, de se abordar a questão do sujeito na situação de trabalho. Todo “valor” é social e se inscreve numa história atravessada por antagonismos do qual precisamente o relativo ao trabalho dos homens é um núcleo fundamental. Sob este aspecto que estabelece um laço com a teoria das formas históricas da individualidade, a maneira na qual usos e mal-usos são julgados num espaço que vai da expressão formalizada às regiões do informal e do inconsciente, à espera de serem colocadas em palavras, formalizadas, faz desdobrar um espectro onde o sujeito oscila continuamente entre “si” e “eu”, isto é, um centro de experiência e de escolha, que se determina em função de idéias e de símbolos veiculados pelas heranças da história e pelos projetos contraditórios cujo futuro é portador. As micro-escolhas do uso de si que revelam todo estudo microscópico dos atos de trabalho fazem evidentemente aparecer de qual ponto este “si” se utiliza ele mesmo e, por consequência, se forma como indivíduo em função de laços, de antagonismos, de potencialidades de vida que as relações sociais engendram na sua própria história.

A este respeito, nada é mais significativo que o estudo, com os próprios trabalhadores, das dimensões coletivas de todo trabalho concreto: os graus de aceitação, de extensão, de recuo do uso de si por si e, por consequência, uma parte do destino biográfico do sujeito, têm de início por ponto de aplicação o que veiculam as vizinhanças de trabalho como esboço (freqüentemente mudo) de “política” coletiva de desenvolvimento de possíveis individuais; políticas ligadas direta ou indiretamente, explicitamente ou sem necessidade de explicação, aos grandes debates – ou aos silêncios – sobre o sentido a se dar às sociedades humanas. Isto então, e sem contradição com a abordagem precedente, cada sujeito, porque ele trabalha, e por isto mesmo se trabalha ele próprio continuamente, cada sujeito portanto se desenvolve e usa em parte ele próprio em função do que a humanidade faz de sua própria história.

Mas o exemplo mesmo da dimensão coletiva do trabalho nos lembra simultaneamente que se há negociação de aceitação entre o que as condições de trabalho de nós exigem e o uso de nós que estamos dispostos a fazer, é que cada sujeito entra nesta cena com exigências diferentes. O que nós chamamos de singularidade das interfaces do trabalho no *L'homme producteur*<sup>26</sup> não remete simplesmente ao que existe de singular em toda configuração material mas à singularidade dos indivíduos que, em cada momento, têm a incumbência de gerir mais ou menos coletivamente estas configurações. Disso, nem a referência ao ser vivo, nem as configurações históricas e produtivas não podem, em todo caso, dar conta sozinhas. Muito ao contrário, o aspecto o menos redutível de

---

24 Georges FRIEDMANN *Problèmes humains du machinisme industriel*. Paris, Gallimard, 1946 (nota da revisora).

25 Georges CANGUILHEM “Milieu et normes de l’homme au travail”. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 1947, pp. 135.

26 Yves SCHWARTZ e Daniel FAÏTA *L’Homme producteur*. Op. cit., pp. 226-228.

singularização renovada das interfaces remete a esta singularidade irredutível dos indivíduos convocados para fazer uso deles mesmos. Do ponto de vista da efetividade das atividades industriais, não se pode afastar da singularidade dos seres, para compreender, certamente – e é importante – no sentido físico, biológico, mas, sobretudo, no sentido da singularidade de suas histórias pessoais que reassimilam e retrabalham, evidentemente, estes dados físico-biológicos. Qualquer que seja a dificuldade do ponto aqui em debate, nós cremos ser necessário distinguir, em primeiro lugar, e de levar em conta toda a importância estruturante dos processos simbólicos de hominização, que selam, como a psicanálise o ensinou, as coerções internas a retomar, de formação inconsciente, cuja profundidade e remanescência não são contestáveis.

Nós acrescentaremos somente isto: esta dimensão simbólica, especificamente singular e ligada a efeitos profundos, vem em ruptura com o que nós dissemos do “si” e das transições deste último ao “eu”? Ponto crucial que diversos autores desta coletânea<sup>27</sup> trabalham para ultrapassar, com razão, cremos nós. Que esta história vulnerante e que ninguém atravessou incólume (Édipo) produz seus efeitos tardios nas formas particulares do uso de si no seio dos coletivos e das configurações de trabalho, é para nós um elemento determinante para militar em favor de um conhecimento destas configurações, sempre em parte clínico, na medida em que a singularização é por este fato inesgotavelmente renovada. Mas, ao inverso, pode-se pensar que a história destas configurações sociais, dos usos de si contraditórios que aí se desenvolvem e aí se bloqueiam em ligação com os afrontamentos e as grandes escolhas coletivas, nas quais elas são o teatro, não desempenha de volta um grande papel na singularização dos processos de acesso ao simbólico? Não haveria aí um efeito que se poderia dizer indireto, um eco ensurdecedor, mas eficaz, das formas históricas de individualidade? Se se admite que entre o nome do pai e a identidade concreta do pai se determina uma modalidade de posicionamento simbólico que afetará as retomadas futuras, como não se ver que a singularidade de configurações sociais alimenta, de volta, o fato das histórias singulares? O texto de Françoise Hurstel<sup>28</sup> nesta coletânea e todos os trabalhos de Yves Clot sobre a juventude, a escola e o que ele chama uma “psicologia do meio”<sup>29</sup> nos parecem ir neste sentido. O uso de si do pai – e mais amplamente da linhagem<sup>30</sup> –, tal qual nós o temos definido mais acima nos seus equívocos, não tem influência quanto ao posicionamento da criança na ordem simbólica? O desafio de tornar-se homem é uma negociação muito específica, mas os materiais singulares cuja carga afetiva orienta o desenlace particular de cada um, não podem estar inteiramente desconectados dos usos que as configurações históricas e as relações sociais tendem a fazer dos seres envolvidos neste acontecimento.

Mas, para além mesmo desta troca de singularizações, nossa tendência seria pensar numa unidade mais profunda do “si” sob os três ângulos de abordagem evocados: como parte do ser vivo, como formado na trama do trabalho social, como singularizado pelo desafio privado da hominização. A psicanálise depois de Freud fala de “pulsão” (de morte); Pierre Bourdieu, de “trabalho do luto”. Muitos psicólogos ou sociólogos se contentam com pequenas paixões, pequenas motivações; quanto aos herdeiros dos estruturalistas, a eles ocorrem ser tudo isso como entidades inúteis. Curiosas maneiras de explicar a vida pela morte, ou pelo que se lhes assemelha. Nossa idéia seria sobretudo – mas que

27 Michèle BERTRAND, Antoine CASANOVA, Yves CLOT, Bernard DORAY, Françoise HURSTEL, Yves SCHWARTZ, Lucien SÈVE, Jean-Pierre TERRAIL. *JE. Sur l'individualité. Op.cit.*, 1987. Publicado não na íntegra, sob o título, *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*. Paulo Silveira e Bernard Doray (orgs.). São Paulo, Vértice, 1986. (nota da revisora).

28 Françoise HURSTEL “Identité de père et classe ouvrière à Montbéliard aujourd’hui. Trajectoires sociales et histoires singulières”. *JE. Sur l'individualité. Idem ibidem*, pp. 155-180. (nota da revisora).

29 Yves CLOT. Cf. *Revista Sociedade Brasileira*, nº 19.

30 Ver P. BOUFFARTIGUE, F. GODARD, J. R. PENDARIES *Au fil de la lignée*. GERM-CNRS, 1985.

não se a tome por mais do que ela possa atualmente valer – que a questão do si, tal qual nós a apreendemos, a partir do nosso ponto de vista particular, tem qualquer coisa a ver com uma problemática da saúde no sentido que o entendia G. Canguilhem em *Le normal et le pathologique*<sup>31</sup>. E nisto, aliás, a referência de Nietzsche não estava absolutamente fora de propósito.

Esta instituição de normas que nas espécies vivas toma a forma de uma capacidade de infração às médias fisiológicas estabelecidas estatisticamente e a posteriori, de um poder de infidelidade às aparentes prescrições de um meio, aliás ele mesmo infiel, não pode tomar sentido no homem senão no debate “com os valores”, isto é, como se evocou mais acima, num mundo atravessado de antagonismos e de símbolos engendrados pela humanidade como força produtiva, através das relações de produção nas quais somente ela desenvolveu. Pode-se compreender então que é este mesmo “sábio desconhecido”, o desejo de saúde, o desejo de abrir no mundo cotidiano espaços onde ser norma instituinte, por pouco que se o deseje, que pode tornar possíveis as transferências de afetos e de símbolos entre heranças e coerções do desafio infantil e coerções, heranças e possíveis ofertas pelas atividades humanas em cada momento determinado da história; e de tal sorte que esta segunda ordem de realidade não seja simples repetição, mas um retrabalho com profundidade do primeiro<sup>32</sup>. Certamente, esta unidade hipotética junta vários tipos qualitativamente diferentes de relações consciente/inconsciente/formal/informal..., e isto sublinha a amplitude e a dificuldade das investigações que poderiam sustentar um tal esboço. Seria preciso interditá-la como uma transgressão inaceitável? Mas se a experiência humana não é aquela de uma transparência do si em si, é ela entretanto aquela de uma “clivagem” irredutível permitindo uma pluralidade de guardiães do templo defendendo, ciumentamente, a incomunicabilidade dos seus conceitos?

#### A ambição do conhecimento e o sujeito singular

Tal pode ser a ambição de conhecimento trazido sobre o sujeito singular abordado desta maneira, tal poderia ser a última questão<sup>33</sup>. Nós não faremos aqui senão algumas observações finais.

Não se poderia pensar que esta questão deveria formular-se sob este aspecto aristotélico: conhecer um indivíduo não é conhecer o que está em potência de ser? É um dado, uma forma feita? Ou, muito ao contrário, um conhecimento puramente especulativo do indivíduo, não é um percurso paralelo para aquele que rebaixa o uso de si sobre o único uso que é feito de si, o uso heterodeterminado? Isto é mutilar o que torna possível a produção social e a civilização? Se a vida é experiência, ela nada deixa imutável e há sempre que aprender como se refaz em cada um uma apreensão inédita e mais ou menos eficaz sobre o mundo. Todo conhecimento que se diz científico, mas que não trata o homem senão como objeto, através de “grades”, “modelos”, “comportamentos”, “lógicas sociais”, “práticas”, corpos lingüísticos, regularidades e outros signos socialmente denotados e conotados, não é usurpador, na medida em que a dimensão de potencialidades alternativas habita o estado de coisas, dá conta e ao mesmo tempo manifesta que ele poderia ser completamente diferente do que ele é? Aqui ainda, não é o que manifesta a abordagem do trabalho onde trabalhar de outro modo torna, por sua vez,

31 G. CANGUILHEM *Le normal et le pathologique*. Paris, PUF, 1966. Um pouco distinto é o pensamento de François DAGOGNET, um outro filósofo médico. Mas uma parte importante de sua obra busca também perseguir a dinâmica do pensamento classificatório e vencedor da forma transformada da vida. Ver, por exemplo, *Mémoire pour l'avenir* Vrin, Paris, 1979, Cap. 1.

32 É neste sentido que compreendemos os estudos de Bernard DORAY sobre o desemprego. Cf. *Chômage et santé*. Centro da Confederação de Estudos Econômicos e Sociais da CGT-ATP/CNRS, pp. 103-131.

33 Tema da ciência do singular sobre o qual nossa posição crítica suscitou um debate com Lucien SEVE; nós lhe reconhecemos pelas reflexões e seu interesse de ter contribuído para um aprofundamento da questão.

possível o trabalho prescrito e manifesta que o sujeito busca sempre, contra as coerções materiais, mas também amplamente sociais, recentrar seu uso em torno de normas que ele mesmo teria instituído? Recusar, sob pretexto de desvio teórico, de ver isto como em potência, mesmo que infinitesimal, de um mundo que mudaria eventualmente as condições do saber, é contribuir para a reprodução do estado de coisas, é sair dos limites da ética da ciência; o não reconhecimento pelo conceito de formas de inteligência que a atividade normativa ativa desenvolve, e que a esta dá conteúdo, pesa sobre o desenrolar da própria história.

É o que exprimia em propósitos límpidos G. Canguilhem comentando a surpresa de Mayo e de seus colaboradores, quando da famosa enquete Hawthorne sobre o pessoal da Western Electric (1927-1939), a qual examinava G. Friedman em *Problèmes humains du machinisme industriel*: Os motivos da resistência operária à racionalização são qualificados por eles de irracionais, portanto de anormais. Mas, observa G. Canguilhem: “o que escapou aos psicólogos da enquete Hawthorne foi que os trabalhadores não tomavam por autenticamente normais senão as condições de trabalho que eles mesmos tivessem instituído em referência aos próprios valores e não tomados de empréstimo, porque o meio de trabalho que eles tomavam por normal seria aquele que eles mesmos tivessem feito, a eles mesmos, por eles mesmos”. E ele concluiu: “Todo homem quer ser sujeito de suas normas. A ilusão capitalista está em acreditar que as normas capitalistas são definitivas e universais, sem pensar que a normatividade não pode ser um privilégio. O que Friedman chama a liberação do potencial do indivíduo”<sup>34</sup> não é outra coisa senão esta normatização que faz para o homem o sentido de sua vida”<sup>35</sup>.

Sem dúvida, para se sair de uma conotação puramente médica, o sentido do ideal de saúde que suporta esta normatização, seria preciso ir buscar em Kant esta idéia do “livre jogo das faculdades”, que Marx retoma por diversas vezes, em surdina, em *Le capital*<sup>36</sup>, para exprimir discretamente este ideal do trabalho humano em relação ao que é julgado mal-uso capitalista dos proletários nas fábricas. Mas como julgar o que pode ser “livre jogo” quando se trata do “si” anteriormente evocado e não de um sujeito transcendental que escapa da historicidade? Mesmo se este ideal, geralmente não formulado e informulável, não toma sentido senão quando confrontado com situações concretas?

Esta capacidade de ser norma instituinte, na qual a vida se prolonga no homem, atravessa e é atravessada pela experiência privada da hominização e pelo acesso ao patrimônio social pelas formas históricas de individualidade. O ideal de saúde em que esta capacidade toma forma e conteúdo tem, portanto as heranças particulares, retrabalhadas permanentemente pelos possíveis e pelos ideais coletivos<sup>37</sup>, mais ou menos mudos ou explícitos, do momento histórico. Cada momento de uma confrontação entre os saberes, o ideal de saúde de um indivíduo e as coerções micro e macroscópicas são, portanto, singulares e ninguém pode substituir aquele que faz a experiência para julgar de seus limites e de seus horizontes.

Assim, cada configuração onde os homens têm de viver coloca-lhes questões novas onde, através do uso que fazem deles mesmos, experimentam também seu ser. O estudo do trabalho parece indicar

34 Georges Friedmann *Problèmes humains du machinisme industriel*. Op. cit., pp. 329.

35 Georges CANGUILHEM *Millieu et normes de l'homme au travail*. Op.cit., pp. 135.

36 Karl MARX *Le capital, critique de l'économie politique*. Paris, Editions Sociales, 8 volumes, 1950-1960. Publicação em português: *O capital. Crítica da economia política*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1971 (nota da revisora).

37 Daí o interesse dos estudos de Michèle BERTRAND sobre idealização. A gestação, a manutenção, a credibilidade de um outro uso possível dos homens, liberados da coerção do lucro, nos parece ser um objetivo cultural e político considerável, para além do que se vê, na intimidade dos atos de trabalho cotidiano. É por isso que o conhecimento do trabalho não pode se desenvolver na ignorância ou sem a cooperação com os diversos movimentos que estruturam o mundo do trabalho. Seu declínio corre o risco de mascarar uma perda de substância da dialética dos usos de si e conduzir a uma grave degradação do conhecimento do trabalho humano.

que é ilusório e deontologicamente discutível pretender-se antecipar em seu lugar a experiência que cada um fará. Se há uma formidável batalha cultural onde se lê o vigor dos afrontamentos sociais, ela é, certamente, revelada por esta idéia de que o uso que se faria dos homens é o único possível, pois que eles a isso se prestam. E que se o queira ou não, há por trás desta idéia a reprodução de uma divisão taylorista de tarefas entre os que vivem e os que podem pensar a vida dos outros: pressuposição de uma incomensurabilidade natural, injustificável sob qualquer ângulo que se a tome, e à qual pode-se opor a idéia de uma “comunidade científica ampliada”. Que sentido isso tem ao se falar de um conhecimento científico do sujeito singular, mesmo – e isto é um progresso considerável – prático, estratégico, dialético, que não englobaria neste projeto uma ciência possível deste sujeito singular, que se propõe a fornecer as chaves do conhecimento de singularidade de outros? Esta regressão ao infinito nos parece teoricamente absurda e praticamente não corresponde a este elemento de comensurabilidade no qual se desenvolveu nossa experiência de formação e de trabalho em comum com os trabalhadores, durante um longo período.

Longe de defender, com efeito, um indeterminismo, uma irracionalidade, a questão do conhecimento do singular, assim entendida, convoca inesgotavelmente as riquezas do saber: precisamente porque ela tem a humildade de não prejulgar o que a história, em todos os sentidos do termo, tem feito de cada um como suporte de possíveis. A reintegração das contradições sociais ao seio mesmo dos indivíduos, na dualidade dos usos de si, na dualidade do trabalhar ou de ser de outro modo (*l'être autrement*), sob o trabalhar ou estar em ato (*l'être en acte*), não significa que nada seja conhecível ou que tudo é possível. Simplesmente, os possíveis se engendram continuamente a partir das condições iniciais. Ora estas podem ser conhecidas apenas de modo tendencial. Em matemática pode-se integrar, com toda segurança, desde que sejam conhecidas as condições nos limites. Em cosmologia, os partidários do **Big Bang** procuram ir às origens, aproximando-se dos primeiros instantes do universo para ler neles o futuro de sua expansão. No que diz respeito aos sujeitos humanos, ninguém conhece nem conhecerá integralmente as condições iniciais de seu objeto de estudo, como também ninguém conhece as suas próprias condições. É por isso que a história sempre nos reserva surpresas.

#### Referências Bibliográficas

- Bouffartigue, F. Godard e J.R. Pendaries (1985). *Au fil de la lignée*. GERM-CNRS.
- Canguilhem, G. M. et normes de l'homme au travail. (1947). *Cahiers Internationaux de Sociologie*.
- \_\_\_\_\_ (1966). *Le normal et le pathologique*. Paris, PUF.
- Daniellou, F. (1984). L'opérateur, la vanne, l'écran. Éditions de l'ANACT, (1986); Montredon, R. Opérateur de process: l'article indéfini. *Technologies, ideologies, pratiques*, vol. VI, nº 1, (1986); TERSSAC, G. de e CORIAT, B. "Micro-électronique et travail ouvrier dans les industries de process" *Sociologie du Travail*, nº 4.
- Duraffourg, J. e Guerin, F. (1985). *Société française*, nº 10; Obra coletiva: *Les risques du travail*. Paris. Éditions La Découverte.
- Granger, G. (1968). *Essai d'une philosophie du style*. Paris. Armand Colin.
- Faïta, D. Schwartz e Y. Vuillon, B. *Impact des changements techniques sur le travail des postés dans les industries de process*. APST Recherche, Université de Provence .
- Oddone, I. (1981). *Rédecouvrir l'expérience ouvrière*. Paris, Éditions Sociales.



- Schwartz, Y. e Faïta, D. *et al.* (1985). *L'homme producteur*. Paris, Éditions Sociales.
- Schwartz, Y. (1988). *Expérience et connaissance du travail*. Paris, Éditions Sociales.
- Schwartz, Y. *et al.* (1987). *JE. Sur l'individualité. Approches/ouvertures marxistes*. Michèle Bertrand *et al.* (orgs.), Paris Messidor-Éditions Sociales.
- Séve, L. (1985). *Marxisme et théorie de la personnalité*. Paris, Éditions Sociales.
- \_\_\_\_\_ (1984). *Structuralisme et dialectique*. Paris, Messidor-Éditions Sociales.